



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO

CNPJ: 00.827.351/0001-70

AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2021



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO
CNPJ: 51.936.706/0001-09

CONTÉM:

- 1- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- 2- BALANÇO PATRIMONIAL
- 3- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 4- DEMONSTRAÇÃO DAS MULTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 5- DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA
- 6- NOTAS EXPLICATIVAS

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.
Presidente e Diretores
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO
Londrina – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de Resultados, das Mutações do Patrimônio Social, dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO** em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO** para o exercício findo em 31 de dezembro de ram examinadas por outros auditores, com a emissão relatório em 24 de março de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br

desportivas profissionais (NBC TG 2003), e às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter a continuidade operacional.

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2022.



INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-RJ: 0329 - CNPJ: 42.464.370/0001-20 - IBRACON: 031 – CNAIPJ 180

SERGIO PAULO DA SILVA

Contador CRC-RJ 087960/O-0 - IBRACON 4061 – CNAI 6519

SÓCIO – RESPONSÁVEL TÉCNICO

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais, centavos omitidos)

ATIVO	2021	2020
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4.329.208	1.090.230
Adiantamentos a fornecedores	34.870	17.978
Créditos tributários	3.934	10.808
Estoques	24.905	-
Despesas antecipadas	302	381
	4.393.219	1.119.397
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	337.889	179.186
	337.889	179.186
TOTAL DO ATIVO	4.731.108	1.298.583
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Obrigações tributárias	1.303	13.967
Obrigações sociais	139.545	128.448
Provisões trabalhistas	128.427	163.388
Outros passivos	3.953.796	954.025
	4.223.071	1.259.828
PATRIMÔNIO SOCIAL		
Superávits acumulados	508.037	38.755
	508.037	38.755
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	4.731.108	1.298.583

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, centavos omitidos)

	2021	2020
RECEITAS		
Receitas operacionais	7.595.338	3.331.021
	7.595.338	3.331.021
DESPESAS		
Despesas gerais e administrativas	-7.168.405	-3.432.618
Receita financeira líquida	40.339	8.669
	-7.128.066	-3.423.949
Déficit do exercício	467.272	-92.928

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, centavos omitidos)

	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	131.344	131.344
Ajustes de exercícios anteriores	339	339
Déficit do exercício	-92.928	-92.928
Saldos em 31 de dezembro de 2020	38.755	38.755
Ajustes de exercícios anteriores	2.010	2.010
Superávit do exercício	467.272	467.272
Saldos em 31 de dezembro de 2021	508.037	508.037

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, centavos omitidos)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Déficit do exercício	467.272	-92.928
Ajustes por:		
Depreciação	48.894	12.248
Ajustes de exercícios anteriores	2.010	339
	518.176	-80.341
Variação no ativo/passivo circulante		
Adiantamento a terceiros	-16.892	6.244
Créditos tributários	6.874	-
Estoques	-24.905	
Despesas antecipadas	79	97
Obrigações sociais	11.097	16.875
Obrigações tributárias	-12.663	4.179
Provisões trabalhistas	-34.961	5.583
Outros débitos	2.999.770	662.132
Caixa gerado pelas atividades operacionais	3.446.575	614.769
Atividades de investimentos		
Imobilizado	-207.597	-155.668
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	-207.597	-155.668
Aumento(redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.238.978	459.101
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.090.230	631.129
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.329.208	1.090.230
Aumento(redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.238.978	459.101

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Ciclismo, designada pela sigla CBC, é uma associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, com sede e foro na cidade de Londrina, estado do Paraná, tem por finalidade administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o país a prática do ciclismo, bem como representar o ciclismo brasileiro nas competições nacionais e internacionais.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Resultado das operações

Repasses Lei Agnelo/Piva

Os repasses efetuados pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) são contabilizados no passivo circulante da Entidade, sendo realizado quando da baixa da prestação de contas conforme controle do COB. Em função do lapso temporal entre a prestação de contas e a definitiva baixa emitida pelo COB, a Entidade provisiona (realiza) a receita dentro do exercício findo para atender o regime da competência (CPC 07), sendo essa provisão calculada nas prestações de contas já efetuadas e despesas já incorridas, conforme projetos aprovados, zerando o resultado apurado do período, exceto na aquisição de imobilizado. Assim, no passivo da Entidade encontra-se o valor a ser devolvido em função de a despesa não ter sido incorrida ou imobilizado não adquirido ainda. Entretanto, para o Comitê Olímpico

Brasileiro, consideram-se em aberto, todas as prestações de contas ainda não apreciadas. Os repasses do COB não originários da Lei Agnelo/Piva também são reconhecidos quando da realização da despesa a que foi destinado.

Patrocínios Vinculados

Os repasses efetuados de patrocínio com a exigência de contrapartidas, especificamente, a realização de eventos, são reconhecidos quando da realização do evento patrocinado ou da despesa a ele vinculado.

Receitas Próprias

Como receitas próprias entendem-se todas as receitas auferidas pela Entidade que não são vinculadas às prestações de contas de órgãos governamentais.

As demais receitas de patrocínio são reconhecidas no resultado quando do efetivo recebimento, além de patrocínios avulsos por eventos.

As demais receitas são provenientes de taxas próprias cobradas por inscrições de atletas, chancelas de eventos e doações e são reconhecidas pelo seu efetivo recebimento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas pelos recursos de depósitos bancários.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimento de até três meses, a contar da data da aquisição e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

c. Estoques

Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

d. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Um item do ativo é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

e. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos somente são reconhecidos nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seus valores serem mensurados com segurança.

Os passivos são reconhecidos quando a Entidade possui obrigações legais, ou constituída em função do exercício da sua finalidade, ou quando for provável que recursos econômicos serão necessários para liquidá-los. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f. Imposto de renda e contribuição social

Por ser uma Entidade sem fins econômicos, a CBC está isenta do recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, conforme disposto no Ato Declaratório nº 113 de 07 de julho de 1978, da Superintendência Regional da Receita Federal.

g. Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS

Conforme as Leis nº 9.715 de 26 de novembro de 1998 e nº 9.718 de 28 de novembro de 1998, as Entidades sem fins econômicos que tenham empregados, tal como definidos pela legislação trabalhista, contribuirão para o PIS com uma cota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal.

h. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

i. Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi preparada pelo método indireto.

j. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2021	2020
Bancos conta movimento	72.194	4.582
Aplicação financeira	4.257.014	1.085.648
	4.329.208	1.090.230

5. Imobilizado

O imobilizado está assim demonstrado, em 31 de dezembro:

		2021		2020	
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10%	57.865	-44.425	13.440	17.895
Máquinas e equipamentos	10%	27.856	-22.935	4.921	858
Equipamentos de informática	20%	123.248	-96.380	26.868	13.638
Equipamento esportivo	20%	373.455	-105.046	268.409	119.841
Veículos	10%	27.027	-2.775	24.252	26.954
		609.451	-271.561	337.890	179.186

6. Outros passivos

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2021	2020
Contas a pagar	170.524	53.291
COB (Lei Agnelo Piva)	666.076	477.167
COB (Recursos Próprios)	100.000	-
CPB (Lei Agnelo Piva)	106.266	14.015
Proesporte PR	210.612	399.988
Prefeitura Conceição do Mato Dentro	2.690.754	-
Prêmios a repassar	9.564	9.564
	3.953.796	954.025

Durante o exercício de 2021, a Confederação Brasileira de Ciclismo recebeu R\$ 4.820.115 de recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foi utilizado o montante de R\$ 3.602.148 (R\$ 2.424.331 em 2020), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2021, que era de R\$ 666.076 (R\$ 477.167 em 2020), que inclui rendimentos das aplicações financeiras dos recursos da Lei Piva, será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados em 2021, ou devolvido ao COB.

Durante o exercício de 2021, a Confederação Brasileira de Ciclismo recebeu R\$ 199.993 de recursos do COB, através de repasses do Projeto de Apoio as Confederações. Foi utilizado o montante de R\$ 148.906 (R\$ 48.913 relativos a recursos recebidos em 2020), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2021, que era de R\$ 100.000, será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados em 2021, ou devolvido ao COB.

Durante o exercício de 2021, a Confederação Brasileira de Ciclismo recebeu R\$ 1.988.694 de recursos do CPB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foi utilizado o montante de R\$ 1.651.332 (R\$ 1.055.250 em 2019), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2021, que era de R\$ 106.266 (R\$ 14.015 em 2020), que inclui rendimentos das aplicações financeiras dos recursos da Lei Piva, será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados em 2021, ou devolvido ao CPB.

Proesporte PR se refere a valores recebidos através do SEED – Secretária de Estado da Educação e do Esporte, Certificados de Aprovação nº 01/2019-17478-27 e 01/2019-19138-27. O Saldo da conta é o valor recebido no ano de 2020. O projeto relativo ao certificado nº 01/2019-19138-27 não teve movimentação. O projeto relativo ao certificado 01/2019-17478-27 foi executado durante o exercício de 2021 e foi utilizado o valor de R\$ 210.612. O saldo em 31 de dezembro de 2021, que era de R\$ 210.612 (R\$ 399.988 em 2020), que inclui rendimentos das aplicações financeiras dos recursos da SEED – Secretária de Estado da Educação e do Esporte, será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados em 2021, ou devolvido ao SEED – Secretária de Estado da Educação e do Esporte.

Durante o exercício de 2021, a Confederação Brasileira de Ciclismo recebeu R\$ 4.190.754 de recursos da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, através de repasses para execução do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo Brasileiro. Foi utilizado o montante de R\$ 1.500.000, nas operações do objeto do instrumento de patrocínio. O saldo em 31 de dezembro de 2021, que era de R\$ 2.690.754, será utilizado para quitar despesas relativas aos projetos não encerrados em 2021, ou devolvido ao Prefeitura de Conceição do Mato Dentro.

Em função do lapso temporal entre a realização das despesas e a baixa com prestação de contas junto ao Comitê Olímpico do Brasil, as receitas foram realizadas dentro do exercício base em que houve a previsão de realização da despesa conforme projetos.

7. Patrimônio social

O Patrimônio Social é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referentes às operações inerentes à Entidade.

8. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisões.

9. Receitas e gastos

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	2021	2020
Receita Lei Agnelo Piva – COB	3.602.148	2.237.910
Receita Lei Agnelo Piva – CPB	1.651.332	958.097
	5.253.480	3.196.007
Receita COB - Apoio Confederações	148.906	-
Receita Proesporte SEED	200.602	-
Receita Prefeitura Conceição do Mato Dentro	1.500.000	-
Receita com inscrições/taxas/doações/patrocínios	492.351	135.014
	2.341.858	135.014
Receitas operacionais	7.595.337	3.331.021
(-) Gastos recursos Lei A/Piva – COB	- 3.602.148	- 2.237.910
(-) Gastos recursos da Lei A/ Piva – CPB	- 1.651.332	- 958.097
(-) Gastos recursos Proesporte SEED	- 200.602	-
(-) Gastos recursos Conceição do Mato Dentro	- 1.500.000	-
	- 6.954.081	- 3.196.007
Despesas gerais	- 214.324	- 236.611
Despesas gerais e administrativas	- 7.168.405	- 3.432.618

10. Eventos subsequentes – Impactos COVID-19

Após 31 de dezembro de 2021, não ocorreram fatos em que a Entidade entenda como necessária sua divulgação, além da continuidade Pandemia Coronavírus (COVID-19). Acreditamos que as medidas governamentais tomadas para evitá-la não afetarão as receitas no próximo exercício.

Além disso, a Administração da Confederação, adotou as recomendações de saúde dos órgãos competentes e, adicionalmente, estabeleceu a suspensão das operações para o grupo de risco. Informamos, ainda que, na data de hoje, estamos operando normalmente, com algumas medidas adicionais de segurança, tais como: disponibilização de máscaras descartáveis, medição da temperatura, disponibilização de álcool em gel em determinados pontos e intensificação de limpeza de áreas comuns.